



# FUTURE-SE

## *A DESTRUIÇÃO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO*

Um debate sobre a destruição do 'ensino superior público e de alternativas para educação pública e o país

**PSTU**

## **RESPONSÁVEIS PELOS TEXTOS E EDIÇÃO**

*Adriana Stella (da Direção Nacional da Fasubra)*

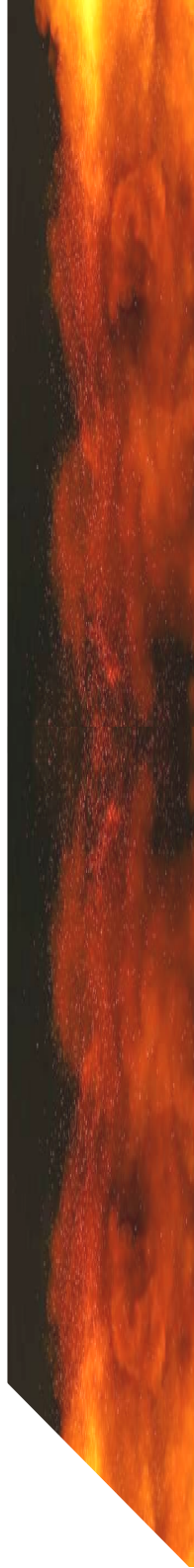
*Paulo Reis (da Direção nacional do Sinasefe)*

*Raphael Furtado (da base do Andes-SN)*

## **NOTA SOBRE A EDIÇÃO**

*Essa cartilha é fruto de uma elaboração coletiva realizada por trabalhadores e trabalhadoras da educação superior pública que são militantes do PSTU. Tem como objetivo auxiliar no debate sobre o programa Future-se e representa a opinião de seus editores.*

*Julho/2019*



## A DESTRUIÇÃO DO ENSINO PÚBLICO SUPERIOR

*Durante o período de férias escolares, o Governo de Bolsonaro, através de seu Ministro da Educação, Abraham Weintraub, apresentou seu projeto inicial de destruição do ensino superior público. O projeto chamado de “Future-se” é válido para as Universidades e Institutos Federais de Educação.*

*O programa retira a autonomia universitária, catapulta a cobrança de matrículas e mensalidades em alguns cursos, retira o foco do ensino-pesquisa-extensão das Instituições Federais de Ensino Superior, insere uma lógica mercantil à educação, retira verbas da educação pública, dilapida o patrimônio público, garante lucros a empresários e banqueiros e exclui os pobres e a classe trabalhadora do acesso à educação superior pública, laica, gratuita e de qualidade, abrindo o caminho para o fim de concurso público e da carreira de técnico-administrativos.*

*Parte do projeto é a intensificação de políticas desastrosas que já estão em prática, como a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), dos governos Lula e Dilma. Todas essas iniciativas foram rechaçadas pela comunidade acadêmica, demonstrando-se um grande fracasso na prática. Agora ganham novas roupagens e são apresentadas como a salvação das Instituições Federais Ensino Superior (IFES). Além disso, várias outras medidas graves são apresentadas, muitas delas contrárias à legislação vigente.*

*Trata-se do maior ataque ao ensino superior público da história do país. Por isso, nós trabalhadores e trabalhadoras da educação pública superior do PSTU elaboramos essa cartilha no intuito de debater toda essa destruição e como nos prepararmos para enfrentar esse projeto. Apresentamos também algumas propostas alternativas, tanto para a educação como o Brasil.*

*Vamos juntas/os organizar a luta!*

## A IMPLEMENTAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS\*

Sob a argumentação de captar recursos, o Programa “Future-se” do Governo Bolsonaro, apresentado pelo Ministro da Educação Abraham Weintraub é, na realidade, um projeto de completa entrega das universidades e institutos federais para a iniciativa privada. Isto porque, de acordo com o programa, toda a administração das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) poderá ser entregue às chamadas Organizações Sociais (OS), que são empresas privadas com várias regalias tributárias.

Estas OS ainda terão acesso ao patrimônio de toda a universidade e poderão utilizá-lo, inclusive, para fazer especulação financeira e imobiliária, como forma de garantir o enriquecimento imoral de banqueiros e grandes empresários através do uso dos recursos públicos. Para cancelar essa façanha, o programa ainda libera que as tais OS possam ser contratadas sem o devido processo público de licitações ou outros mecanismos de controle social ou de qualificação. O documento dá ênfase a essa farra, ao destacar que os contratos de gestão poderão ser celebrados sem a necessidade de chamamento público.

Desta forma, a farsa apresentada de que o programa visa o fortalecimento da autonomia universitária é, na verdade, o oposto, já que retira da comunidade acadêmica o poder de gestão e entrega às OS. Para tanto, o programa se baseia na lógica neoliberal de conceitos administrativos que ferem os princípios do serviço público entre os quais estão os conceitos de governança, gestão e empreendedorismo.

*\*As Organizações Sociais (O.S.) são instituições PRIVADAS, criadas em 1998 por Fernando Henrique Cardoso (FHC) como forma de repassar para essas organizações a administração pública, tirando a responsabilidade do estado de fornecer serviços públicos. Varias delas estão envolvidas em escândalos de corrupção, desviando recurso para seus “administradores”.*



Figura 1 - extraída de <http://www.ataqueaoscofespublicos.com/wp-content/uploads/2017/10/charge-nova-versu00E3o-caricaturasite.jpg>



## A MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO

A forma da implementação desta lógica mercantil contará com vários agregados da linha de produção que são contraditórios aos interesses públicos, à educação e à produção de conhecimento científico. Faz parte desse rol de mecanismos produtivistas a implementação de metas, redução de salários, retirada de benefícios, favoritismos baseados em meritocracia e restrições a promoções aos trabalhadores da educação.

O projeto prevê ainda a cessão de trabalhadores das IFES às OS, bem como que poderão trabalhar tanto nas IFES como nas OS de maneira simultânea, através do acúmulo de atividades sem contrapartida remuneratória. Ainda com relação aos trabalhadores, caberá às OS definir os padrões de comportamento dos agentes públicos, o que significa um total desrespeito à organização do trabalho e a deslegitimação da organização e apropriação do trabalho que historicamente os trabalhadores em educação desenvolvem há décadas.

### UM MODELO FRACASSADO: O DESASTRE DA EBSERH

*Isso é a ampliação do desastroso modelo da EBSERH (implementado nos Hospitais Universitários) para toda a estrutura das universidades e institutos federais. Quando denunciarmos a implementação da EBSERH feita pelos Governos Lula e Dilma, já dizíamos que o próximo passo seria a generalização a toda as IFES. Este processo começou com a substituição de servidores concursados por terceirizados no governo FHC, ampliou-se com a EBSERH nos governos petistas e, se o Future-se for implementado, irá destruir completamente a estrutura da educação superior pública federal.*



Figura 2 - extraído de <https://arleycosta.files.wordpress.com/2013/09/ebserh-charge.jpg>

## EDUCAÇÃO NÃO É MERCADORIA!

Essa “nova gestão” está, de acordo com o documento produzido pelo Ministério da Educação, a serviço da busca de “resultados (...) encontrando soluções inovadoras para lidar com a limitação de recursos” (p. 5). Ou seja, o objeto central do Governo é manutenção dos cortes na educação e a retirada definitiva de investimentos públicos à educação. Para garantir esse ataque, o governo irá colocar à disposição dessas OS as rentabilidades conseguidas através de fundos de investimentos e bens imobiliários. Desta forma, os valores disponíveis para as universidades se gerirem dependerão do capital especulativo, transações comerciais e acordos com bancos.

O programa destaca este caráter de mercantilização do ensino em todo o seu texto. Frisa o documento que tem “foco no estabelecimento de parceria com o setor empresarial, incluídos parques e polos tecnológicos, incubadoras e start-ups” (p. 6). Além disso, as IFES passariam também a ter como atuação “aprimorar os modelos de negócios”, realizar parcerias público-privadas (PPP), “promover suas marcas e seus produtos” (p. 6), bem como diversas outras atividades que se distanciam da produção do conhecimento científico e do tripé ensino-pesquisa-extensão em que as universidades e Institutos Federais são baseadas. Assegura ainda que as IFES vendam sua imagem a preço de mercado, vinculando isto a ganhos financeiros e autoriza a criação de Sociedades de Propósito Específico (SPE) departamentais, como forma de privatizar departamentos das IFES. Para estimular essas SPE, o Ministério da Educação criará plataformas de aproximação do “setor produtivo” com as IFES, com foco nos conceitos de empreendedorismo.



Figura 3 - extraída de [https://conteo.org.br/wp-content/uploads/2018/07/fabrica\\_de\\_diplomas.jpg](https://conteo.org.br/wp-content/uploads/2018/07/fabrica_de_diplomas.jpg)

## DESVALORIZAÇÃO DA CAPACIDADE INTELLECTUAL E VALORIZAÇÃO DA VENDA DO CONHECIMENTO

Para garantir todos esses ataques e o fim da educação pública, o governo libera remunerações extraordinárias sem caráter salarial e sem recolhimento previdenciário, como forma de comprar o apoio de parte dos trabalhadores em educação.

O governo trombeteia que os professores universitários poderão “ficar muito ricos”. No entanto, omite que, para isso, deixarão de ser professores e se tornarão prestadores de serviços para outras empresas, ou eles mesmos serão empresários, que se utilizam da estrutura da universidade (laboratórios, alunos, etc.) para ganhar dinheiro, ao invés de desenvolver ensino, pesquisa (de interesse público) e extensão. Além disso, os serviços que poderão ser vendidos são relacionados apenas a determinadas áreas tecnológicas. Assim, áreas com menos potencial para a “venda de serviços”, serão estranguladas, sucateadas e, ao fim e ao cabo, extintas.

O programa também desdenha o conhecimento produzido dentro das IFES quando limita que cursos de idiomas poderão ser oferecidos aos docentes por instituições privadas. Ora, um programa de internacionalização deveria, obrigatoriamente, ser acessível de forma gratuita a toda a comunidade acadêmica (docentes, técnico-administrativos e estudantes), bem como ser promovidos pelas próprias instituições, que afinal são referências internacionais na produção do conhecimento.

O Future-se também aborda os programas de intercâmbio. Define que seu conceito meritocrático é exclusivo ao “alto desempenho acadêmico e/ou atlético”, bem como premiações a alunos que “ocupem posição de destaque intelectual” e “não tenham indicativo de desabono de sua conduta”. Todos elementos de caráter extremamente subjetivo, que ignoram os conceitos de aprimoramento, difusão e transmissão do conhecimento.

### FIM DO CONCEITO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

*O Future-se é tão nefasto que para ser aplicado será necessário alterar 17 leis que tratam sobre educação e princípios do serviço público. Além disso, se vingar, poderá vir seguido de mudanças na Constituição Federal.*

## EDUCAÇÃO DE QUALIDADE APENAS PARA OS RICOS

O Future-se desconsidera que existe um abismo no processo de formação básica, cuja precarização da educação formal reflete em baixas condições de concorrência à classe trabalhadora e aos mais pobres. Em combinação com o desmonte das políticas de assistência estudantil, o Future-se permitirá acesso somente aos mais ricos, terá foco na educação formal e para o mercado, desconstruindo o amplo conceito de educação, como processo contínuo e para além dos muros das escolas. E, desta forma, passará a ter foco na prestação de serviços remunerados, comercialização de bens e produtos, “exploração de direitos de propriedade intelectual” (p. 9), “matrículas e mensalidades de pós-graduação lato sensu nas universidades federais” (p. 9) e outras fontes de renda. Sobre a cobrança de mensalidades, embora inicialmente mantenha-se apenas a proposta de cobrança nos cursos de pós-graduação lato sensu, já existem propostas de revisão da gratuidade na graduação, estabelecendo que estudantes com renda superior a 3 salários mínimos pagariam 100% do valor das mensalidades e os demais, 50%.

### O QUE É MERITOCRACIA E PORQUE SOMOS CONTRA

*A ideia de meritocracia parte de um pressuposto de que todos têm as mesmas condições e que as diferenças são ocasionadas por esforços individuais. Com isso, ignora as diferentes realidades e desigualdades da sociedade. Quem defende a meritocracia, por exemplo, é contra as cotas nos vestibulares e concursos públicos.*

*A lógica meritocrática discrimina diferentes aspectos do trabalho. Especialmente no ambiente acadêmico, existe desigualdade com relação à dedicação dos profissionais com relação ao ensino, à pesquisa e à extensão, à atenção aos estudantes e usuários dos serviços públicos prestados, às rotinas administrativas, burocráticas e acadêmicas. Não é possível criar um “modelo padrão”, dada a multiplicidade de saberes envolvidos.*

*Além disso, esse conceito de meritocracia traz a régua do mercado para a educação, que passa a ser mensurada em termos de indicadores estranhos ao processo de construção do conhecimento. No caso do “Future-se”, o mérito será avaliado por quem conseguir “vender” mais, transformando a educação em mercadoria.*



## **ALERTA: O FUTURE-SE É BASE PARA DEIXAR DE SE INVESTIR EM EDUCAÇÃO**

Paulo Guedes, sob orientação do Banco Mundial, já disse várias vezes que é necessário desvincular o valor mínimo de investimento em educação assegurado pela constituição. De acordo com a atual legislação, a União deve aplicar, anualmente, nunca menos de 18%, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios 25%, no mínimo da arrecadação dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino. Caso o Future-se seja aprovado, combinando a com cobrança de mensalidade nas IFES, o governo terá constituído toda a base para não ser mais obrigado a realizar investimentos mínimos na educação, que hoje não é suficiente.

Junto a isso, o projeto prevê também a drástica redução das despesas com os trabalhadores em educação. De acordo com a página virtual do MEC, o objetivo do Governo é rebaixar estas despesas de 85% para patamares inferiores a 60%.

Por isso é necessário derrotar esse programa, que irá coroar a privatização de todo o ensino superior.

### **FIM DA CARREIRA DOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS NA MIRA E DEMISSÕES EM MASSA DE TRABALHADORES TERCEIRIZADOS**

*Se a administração das universidades e institutos federais for entregue às OS, os novos trabalhadores serão vinculados a elas, não terão estabilidade, nem plano de carreira e estarão sujeitos a todas as condições de trabalho da iniciativa privada. Desta forma, esvaziará toda a luta histórica em defesa do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE) e não se realizará mais concurso público. Com isso, a carreira e as suas funções poderão entrar em processo de extinção, bem como deixarão de receber correções, melhorias ou ainda benefícios e reajustes fruto das nossas lutas.*

*Por outro lado, os trabalhadores e trabalhadoras que hoje são terceirizados correm o risco de perderem seus empregos em função da falta de recursos e perda de autonomia de contratação por parte das IFES. Assim, este modelo desconstrói a nossa luta histórica de incorporação dos trabalhadores terceirizados ao quadro efetivo e de quebra levará milhares destes trabalhadores ao desemprego.*



## FIM DA AUTONOMIA DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

Para garantir todos esses ataques, haverá um Comitê-Gestor que, entre outras prerrogativas, irá definir critérios para “participação no processo eleitoral dos reitores”. Isto representa rasgar os estatutos das IFES e impossibilitar qualquer proposta de democratização da vida acadêmica.

Um programa tão destrutivo como esse só poderá ser aplicado com reitores e diretores totalmente alinhados com a política do governo. Por isso a necessidade de intervir nas universidades e institutos, desrespeitando os processos eleitorais e indicando verdadeiros interventores do governo, que irão impor a implementação dessa política e reprimir qualquer mobilização contrária, perseguindo aqueles que se insurgirem. Com o projeto de fim da estabilidade no serviço público, esses interventores ganharão o poder de demitir servidores, estabelecendo, em definitivo, a lógica de funcionamento de uma empresa privada. Vale lembrar aqui, mais uma vez, o papel nefasto dos governos petistas que poderiam ter acabado com a lista tríplice, garantindo que a comunidade universitária, de forma autônoma, elegeesse seus dirigentes com regras democráticas. Se assim fosse, essa intervenção de Bolsonaro nas universidades seria bem mais difícil.

## DEMOCRACIA ENGANOSA

*O projeto Future-se prevê um prazo para envio de “contribuições”. Essas contribuições poderão ser feitas de maneira virtual, através de um formulário eletrônico vinculado ao CPF daquele que quer mandar comentários. Embora pareça “democrático” e disfarçado de “ouvir a população”, na realidade é uma maneira de inibir o debate. Isto porque em primeiro plano o prazo estipulado coincide com o período de férias escolares, momento em que as IFES têm reduzida a sua capacidade de diálogo e debate interno já que tantos os estudantes como os trabalhadores em educação estão em férias. Além disso, as tais “contribuições” são virtuais e individuais, ou seja, não refletem o fruto de debates e construções feitas pelo conjunto da comunidade acadêmica. Desta forma, desrespeita o movimento existente nas IFES, bem como a institucionalidade dos Conselhos, Congregações e Departamentos.*

## ORGANIZAR AS LUTAS

Sem recursos, a “solução” que o governo apresenta é o fim da educação federal pública, transferindo todo o patrimônio intelectual e físico para a iniciativa privada, enriquecendo o bolso de banqueiros e grandes empresários. Para combater o maior ataque à educação pública da nossa história, devemos seguir mobilizados e ampliar nossas ações. O setor da educação está em luta desde o início de 2019 e já realizou gigantescas mobilizações no país todo contra os cortes que o Governo Bolsonaro promoveu, bem como se somou à pauta da luta contra a reforma da previdência.

Para enfrentar esses ataques, é preciso atuar fortemente nas bases, construindo comitês de lutas e mobilização em cada local de trabalho e estudo, unificando os diversos segmentos da comunidade acadêmica. Além disso, é necessário buscar ampliar as mobilizações para além do setor da educação, construir atos e ações unificadas com outros setores, como os fóruns locais construídos pelas centrais, sindicatos e movimentos sociais. Junto a isso, devemos ocupar as ruas e denunciar esse ataque, construindo uma grande greve geral para acuar o Governo Bolsonaro-Mourão-Maia e as políticas privatistas de Guedes.



Figura 4 - extraída de <https://dia.portalodia.com/media/editor/charge1558091741.jpg>

## A LUTA É UMA SÓ!

Além da produção do conhecimento, as universidades públicas têm um papel de destaque no atendimento à saúde de ponta, ao desenvolvimento de pesquisa nessa área, de maneira pública e gratuita. Ao retirar as verbas das IFES, o governo está destruindo essa área e seu avanço tecnológico, um duplo ataque à saúde quando se olha que vem acompanhado da reforma da previdência. Isto porque, a reforma da previdência desconstrói o sistema de seguridade social, que é responsável por parte dos recursos à saúde.

Soma-se a esse cenário o fato de que, se a reforma da previdência for aprovada, irá fazer com que a classe trabalhadora não consiga se aposentar e àqueles e àquelas que conseguirem se aposentar, caberão baixas remunerações. Com o aumento da idade de aposentadoria, não se abrem novas vagas no mercado de trabalho, fazendo com que o desemprego siga em alta, podendo se ampliar. Com alto índice de desemprego, é praticamente impossível se chegar ao tempo de aposentadoria, levando vários trabalhadores e trabalhadoras ao adoecimento.

Além disso, com todas as mudanças na educação, será cada vez mais difícil que a classe trabalhadora e a população pobre tenha acesso a uma educação superior pública, laica, gratuita e de qualidade. Com isso, dificultando seu acesso ao mercado de trabalho especializado.

Por isso, a nossa luta não se limita à defesa da educação e das IFES. Devemos lutar contra todas os ataques de Bolsonaro, Mourão, Guedes, Maia, o Congresso Nacional e os ministros picaretas! Vamos construir uma grande greve geral e parar o Brasil!





## AS LUTAS DA EDUCAÇÃO

O setor da educação está fortemente mobilizado desde o início deste ano. Apoiado nessas mobilizações e contra os ataques, o Andes-SN deliberou em seu Congresso realizado recentemente por uma consulta às bases sobre greve por tempo indeterminado. A Fasubra e o Sinasefe também devem debater e discutir táticas de enfrentamento, seja a greve por tempo indeterminado ou ainda paralisações semanais ou outras ações como forma de manter a mobilização e a luta.

Para fortalecer essa construção, devemos participar ativamente do calendário de lutas unificado e das assembleias para debater e votar sobre as paralisações, greves e as diversas táticas do movimento. É preciso destacar que essas ações devem, ao máximo, ser combinadas com o movimento geral da classe trabalhadora, unificando as lutas contra a reforma da previdência, em defesa da educação e por mais empregos.

Para fortalecer o movimento, o setor da educação federal também deve se unificar às lutas de outras categorias nacionais ou locais que estarão em campanha salarial no segundo semestre. Somente a nossa luta unificada poderá dar um basta aos ataques de Bolsonaro, Mourão, Guedes, Maia e o Congresso Nacional!

**Por isso, vamos ocupar as ruas e construir atos, manifestações, paralisações e greves nos dias 06 e 13 de agosto!**

**BOLSONARO, MAIA E ESSE CONGRESSO CORRUPTO  
NÃO PODEM ACABAR COM NOSSA APOSENTADORIA  
A LUTA NÃO TERMINOU!**

**6 DE AGOSTO É DIA DECISIVO  
DIA DE LUTA NOS ESTADOS  
CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA**

**TIREM 1 TRILHÃO DOS BANQUEIROS  
E NÃO DOS TRABALHADORES!**

**CSP**  
Central Sindical e Popular



## CALENDÁRIO DE LUTAS

As entidades nacionais da educação se reuniam no mês de julho e definiram um calendário unificado de lutas. A construção desse calendário deve ser feita com todos os segmentos das IFES, debatidos em suas instâncias e também construindo assembleias, comitês e comandos de mobilização unificados.

### CALENDÁRIO DE LUTAS DA EDUCAÇÃO PRIMEIRA QUINZENA DE AGOSTO

- ✓ *Debate e construção da greve nacional da educação;*
- ✓ *Dia 05 - ato nos aeroportos e conferência nacional de saúde;*
- ✓ ***DIA 06 - PARALISAÇÃO E ATOS DAS CENTRAIS NOS ESTADOS CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA, CONTRA OS CORTES DA EDUCAÇÃO E POR EMPREGOS, VIGÍLIA EM BRASÍLIA***
- ✓ *Dia 07- audiência pública do Future-se, protocolo de contraproposta ou carta de rejeite do Future-se no MEC*
- ✓ ***DIA 13 - PARALISAÇÃO, ATOS E AÇÕES CONTUNDENTES EM DEFESA DA EDUCAÇÃO***
- ✓ *Dia 15- Nova reunião das entidades da educação para avaliar as mobilizações e planejar os próximos passos*
- ✓ ***CONSTRUIR A GREVE GERAL POR LOCAL DE TRABALHO E ESTUDO, ATRAVÉS DE ASSEMBLEIAS E COMANDOS DE MOBILIZAÇÃO UNIFICADOS***







## QUAL É A SAÍDA PARA A EDUCAÇÃO PÚBLICA?

A crise que as instituições públicas vivem hoje é fruto das nefastas políticas aplicadas pelos sucessivos governos de plantão. Agora, já num cenário de ensino superior público precarizado e sucateado, o governo Bolsonaro visa implementar medidas para acabar de vez com a educação pública.

A saída para a falta de recursos da educação passa por um outro projeto de educação e de sociedade. É necessário acabar com o roubo do orçamento público, que desvia todos os anos quase metade do orçamento para entregar nas mãos dos banqueiros, numa falsa dívida que já foi paga e da qual todos os governos se recusam a fazer auditoria.

Além disso, para combater esse cenário de grande desemprego no país é preciso diminuir a jornada de trabalho sem redução de salários para quem estiver desempregado. Isso significaria mais trabalhadores recebendo salários, mais consumo, ou seja, o tal do “reaquecimento da economia”.

Para reaquecer a economia, o estado precisa investir mais nos serviços públicos. Com mais serviços públicos, gratuitos e de qualidade, a classe trabalhadora tem seu poder de consumo aumentado, fazendo com que gere mais empregos, movimentando a economia, o comércio e a indústria, gerando mais empregos. Para tanto, é preciso revogar a Emenda Constitucional (EC-95) que impôs um teto aos gastos públicos. Ainda no cenário de aplicar mais recursos para a educação, é preciso cobrar as dívidas dos grandes devedores do Brasil, confiscar os bens dos corruptos e corruptores, devolvendo aos cofres públicos todos os valores roubados pelos bandidos de colarinho branco, pelos grandes empresários e banqueiros. Da mesma forma, o governo tem de parar de retirar dinheiro público e entregar para o ensino privado, promovendo a ampliação da rede pública e gratuita, estatizando toda educação, sem indenização.

## REVOLUCIONAR É PRECISO!

### POR UMA SOCIEDADE SOCIALISTA

A publicidade do Ministério da Educação sobre o programa apelidado de “Fature-se” chama atenção à necessidade de revolucionar. Revolucionar significa destruir toda a estrutura existente e construir novas estruturas, sob novas bases e relações. De fato, é necessário revolucionar, mas não da forma como Bolsonaro e seus ministros apresentam.

Primeiro porque a fala deles não é de revolução e sim de deterioração, de caos, de manter alguns privilegiados muito ricos enquanto a classe trabalhadora e pobre vive sob condições cada vez piores. O que eles chamam de “novo” é intensificação da mesma política que as classes dominante têm para todas as crises ao longo da história: aumentar a exploração sob os trabalhadores e trabalhadoras.

Para revolucionar, temos que construir uma nova sociedade pensada e planejada por aqueles e aquelas que produzem as riquezas do mundo. É preciso que a classe trabalhadora governe através de conselhos populares, decidindo os rumos do país, tendo mais e melhores serviços públicos, gerindo todo Estado conforme seus interesses! É essa revolução que precisamos, uma revolução que passe pela educação, pela saúde, pelo transporte, pela moradia, pelo descanso, pela cultura, pelo lazer...por todos os aspectos da nossa vida!

E essa transformação toda só virá com uma revolução socialista. Rebele-se e revolucione! Venha construir conosco o PSTU.



[www.pstu.org.br](http://www.pstu.org.br)



[www.facebook.com/pstu16/](https://www.facebook.com/pstu16/)



Adrina Stella ..... (19) 9 8804.6084

Paulo Reis ..... (61) 9 9617.6804

Rafael Furtado ..... (27) 9 8158.3498

